

## COMPROVANTE DE RECEBIMENTO

Recebemos da CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, cópia do Edital de **Pregão Eletrônico nº 6/2012** referente à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados de *Pedagogo* e de *Designer Gráfico* para sede da CVM, no Rio de Janeiro.

EMPRESA \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_

NOME DO RESPONSÁVEL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_

FAX \_\_\_\_\_

E-MAIL  
\_\_\_\_\_

NOME \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

**OBS.: Os campos acima devem ser preenchidos em letra de forma. É indispensável o preenchimento do CNPJ.**

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2012-1280**  
**MINUTA DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012**

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços terceirizados de **Designer Gráfico** e **Pedagogo** para a sede da CVM, no Rio de Janeiro.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) / Gerência de Serviços Gerais (GAS)/ Superintendência de Proteção e Orientação a Investidores (SOI)/ Centro de Estudos em Mercado de Capitais (COE)

**TIPO DE LICITAÇÃO:** **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR ITEM.**

**HORÁRIO:** (de Brasília)

- **Encaminhamento da proposta de preços e anexos: até às 11:00 horas do dia 16/08/2012.**
- **Abertura da sessão: a partir das 11:00 horas do dia 16/08/2012.**

**LOCAL:** <http://www.comprasnet.gov.br>

**REGULAMENTAÇÃO BÁSICA:** Lei 10.520, de 17/07/02; Instruções Normativas do MPOG nº 02, de 30/04/2008 (versão compilada) e nº 02, de 11/10/2010; Decreto nº 3.722, de 09.01.2001; Decreto nº 5.450 de 31.05.2005, Lei Nº 123 de 14/12/2006 e Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores (subsidiariamente).

**E D I T A L**

O Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela **Portaria CVM/PTE/Nº 015, de 24/02/2012**, realizarão, no dia, horário e local acima indicados, o **Pregão Eletrônico Nº 06/2012**, em obediência aos termos dos dispositivos legais e às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo para apresentação de proposta
- c) ANEXO III - Planilha de formação de preços;
- d) ANEXO IV - Termo de Referência;

## **1. DO OBJETO**

- 1.1.** Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de designer gráfico e pedagogo, em regime de terceirização, com a utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, a serem prestados nas dependências da sede da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar, conforme descrito, caracterizado e especificado no Termo de Referência (ANEXO V).

## **2. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 2.1.** As especificações dos serviços, as quantidades e a qualificação dos profissionais estão descritos no Termo de Referência, Anexo V, do presente Edital.
- 2.2.** Para prestar o serviço exigido, a CONTRATADA deverá possuir mão de obra especializada e composta por pessoal devidamente treinado e habilitado, sendo obrigatório o uso de crachá ou uniforme de trabalho que facilite a identificação, durante o período de execução dos serviços em questão.
- 2.3.** Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado do serviço, ficará a contratada obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a CVM.
- 2.4.** Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei 8.666/93.
- 2.5.** Os profissionais que estiverem designados para os serviços de que trata este edital terão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, que será, também, a única responsável pelo respectivo pagamento dos seus salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor, respeitados, incondicionalmente, os limites mínimos fixados por lei específica ou convenção coletiva de sindicato de classe.
- 2.6.** É vedada a prestação de serviços de familiar de agente público no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança (Decreto Presidencial Nº 7.203, de 04.06.2010).

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

- 3.1.** Poderão participar deste certame, exclusivamente, empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, devidamente identificadas por sua chave de identificação e senha de acesso privativa, conforme normas do provedor do sistema eletrônico.

- 3.2. Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que **cumpra plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital** (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.3. Estarão impedidas de participar da presente licitação:
- a) Empresa cuja falência ou insolvência civil tenha sido decretada judicialmente ou que esteja em gozo de benefício da concordata ou que tenha requerido recuperação judicial, ainda não encerrada, nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101, de 9.2.2005;
  - b) Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade das Administrações Públicas Federal, Estadual ou Municipal;
  - c) Empresa que tenha prestado informações inverídicas em sua documentação para habilitação ou em sua proposta de preços;
  - d) Empresa constituída em forma de consórcio;
  - e) Empresa da qual seja sócio, cooperado, dirigente ou responsável técnico, servidor da CVM;
  - f) Empresa que esteja cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar;
  - g) Cooperativas
- 3.4. O C.N.P.J. apresentado pelo licitante para sua habilitação será, **obrigatoriamente**, o mesmo a constar da Nota de Empenho, o emissor da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao serviço, e o beneficiário da liquidação da despesa.
- 3.5. O licitante ficará obrigado a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de situação junto à Justiça do Trabalho bem como junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, durante todo o procedimento licitatório, bem como durante todo o período da execução dos compromissos assumidos (art. 55, inc. XIII da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 3.6. Qualquer pessoa, seja ela jurídica ou física, poderá acompanhar o desenvolvimento do pregão eletrônico em tempo real, por meio do sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.
- 3.7. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, o licitante Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua **exclusão obrigatória do Simples Nacional** a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os artigos 17 - inciso XII, 30 - inciso II e 31 - inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- 3.8. O licitante optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratado, deverá, após a assinatura do Contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do Contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual,

Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**3.9.** Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, a própria CVM, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

**3.10.** A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata o item 3.7 não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º- C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º- H, da mesma lei Complementar, **desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.**

#### **4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05), no sítio <http://www.comprasnet.gov.br>.

4.2. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação (Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.450/05), obedecida a exceção prevista no art. 4º do Decreto 6.204, de 05 de setembro de 2007.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao objeto do pregão eletrônico (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, entidade promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/05).

#### **5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta, após a divulgação do edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando então encerrar-se-á automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art. 21º, do Decreto nº 5.450/05);

5.1. O encaminhamento da proposta dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante (Art. 21º, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).

5.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Art. 3º, § 6º, Decreto nº 5.450/05).
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso IV, Decreto nº 5.450/05).
- 5.5. O licitante vencedor deverá apresentar, após a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, no prazo determinado pelo pregoeiro, sua proposta de preços por escrito, na forma do **ANEXO II**. Suas folhas devem ser rubricadas e numeradas, e a última datada e assinada pelo seu representante legal, dela devendo constar:
  - 5.5.1. Nome do proponente, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, suas características, identificação (individual ou social), aposição do carimbo padronizado do CNPJ da empresa e a Inscrição Estadual e/ou Municipal ou do Distrito Federal, substituível pelo papel timbrado, com estas informações;
  - 5.5.2. Planilha de Formação de Preços, devidamente preenchida, contendo os preços mensais dos serviços detalhando todos os elementos que influenciem no seu custo total, conforme planilhas modelo contidas no **Anexo II** deste Edital;
  - 5.5.3. Os preços mensais dos serviços deverão consignar, obrigatoriamente, detalhamento dos elementos que formam o seu preço final, valor unitário e total, obrigatoriamente na forma do estabelecido no **Anexo III**, destacando-se os adicionais legais e cabíveis. Os encargos sociais e trabalhistas deverão ser especificados com seus respectivos percentuais e valor total, conforme o anexo fornecido. Deverá, também, ser informado o Sindicato ao qual a categoria está vinculada, encaminhando, inclusive, cópia da última convenção coletiva;
  - 5.5.4. O valor da proposta, limitado a 2 casas decimais, expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
  - 5.5.5. O prazo de validade dos preços (mínimo de 60 dias corridos), a contar da data do encaminhamento, via sistema, da proposta (Art. 27, § 4º do Decreto nº 5.450/05);
  - 5.5.6. O nome do banco com o qual o licitante opera, o número e nome da agência e respectiva conta-corrente. A fim de agilizar o pagamento, é conveniente a indicação de uma das agências do Banco do Brasil S.A.;
  - 5.5.7. O último preço oferecido relativo ao objeto licitado, o qual incluirá todas as despesas legais ou adicionais, em decorrência deste Edital e de seus Anexos, em reais (em algarismo e por extenso).
- 5.6. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear quaisquer alterações dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou de qualquer outro pretexto;
- 5.7. Não serão consideradas propostas com alternativas; os licitantes devem limitar-se às especificações deste Edital.
- 5.8. Os valores estimados para a contratação constam do Termo de Referência (**ANEXO IV**).
- 5.9. Na hipótese de se verificar incoerência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o mais vantajoso para a CVM; entre o valor por extenso e o numérico, prevalecerá o por extenso;

- 5.10. A simples participação neste certame implica:
- 5.10.1. A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão Eletrônico;
  - 5.10.2. A inclusão na proposta das parcelas de quaisquer naturezas, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, exceto IRPJ e CSSL, os quais poderão ser informados separadamente;
  - 5.10.3. Que o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data estipulada para sua entrega, o qual, se maior, deverá ser explicitado na proposta.
- 5.11. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 5.12. Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço eletrônico [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br).

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A partir da data e horário previsto no edital, terá início a sessão pública do presente Pregão, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas (art. 22, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital (Art. 22, §2º, do Decreto nº 5.450/05);
- 6.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances (**VALOR GLOBAL ANUAL POR ITEM**) exclusivamente por meio de sistema eletrônico;
- 6.4. No que se refere aos lances, os licitantes serão imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (Art. 24, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital (Art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.6. Os licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles próprios ofertados e registrados pelo sistema (Art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar (Art. 24, § 4º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance (Art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.9. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados (Art. 24, § 10º, do Decreto nº 5.450/05).
- 6.10. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será

suspensa e terá reinício somente após comunicação aos participantes, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) (Art. 24, § 11, do Decreto nº 5.450/05).

- 6.11. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro (Art. 24, § 6º, do Decreto 5.450/05).
- 6.12. O sistema emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (Art. 24, § 7º, do Decreto 5.450/05).
- 6.13. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtida proposta melhor, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (Art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/05).

## **7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação e será verificada a habilitação do licitante conforme disposições do edital (Art. 25, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 7.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito (art. 4º, inciso XI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.3. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL POR ITEM**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital (art. 4º, X da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 7.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame (art. 4º, XVI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c art. 25, § 5º do Decreto nº 5.450/05).
- 7.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, imediatamente após o encerramento da sessão pública (Art. 30, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Sendo aceitável a proposta de menor preço global, o respectivo licitante deverá comprovar, dentro de 24 horas, que cumpre todas as exigências de habilitação exigidas neste Edital, podendo tal comprovação dar-se mediante encaminhamento da documentação através do e-mail



pregoeiro@cvm.gov.br (preferencialmente) ou do Fax (21) 3554-8475, com o posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48(quarenta e oito) horas (Art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 5.450/05).

8.2. Os licitantes deverão cumprir as seguintes exigências de habilitação:

I- Relativos à Qualificação Econômico - Financeira:

A) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais **quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;**

B) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “*on line*” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

C) Comprovação de ser dotada de capital social devidamente integralizado ou de **patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado** para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado ou pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993.

II- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV- Possuir registro cadastral atualizado e habilitado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. A regularidade da documentação é verificada automaticamente no sistema. No caso da impossibilidade de consulta ao SICAF, e/ou aos sítios oficiais da Fazenda Nacional, Sistema de Seguridade Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, o pregoeiro poderá solicitar o envio, através do Fax (21) 3554-8475, de documentos que comprovem a regularidade fiscal.

OBS: 1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (Art.4º do Decreto 6204, de 05 de Setembro de 2007 ).

2 – O NÍVEL V – Qualificação Técnica – do SICAF é facultativo.

V- Original ou cópia autenticada de 01 (um) atestado de desempenho, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que o licitante prestou ou está prestando, sem qualquer restrição, serviços de natureza semelhante aos ora licitados, devidamente registrado no Conselho da Classe, (atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – art. 30, II da Lei nº 8.666/93). O atestado deverá conter além do nome da atestante, seu endereço e telefone. O atestado poderá ser enviado através do Fax nº (21) 3554-8475, com posterior envio dos originais ou cópias autenticadas no prazo de 48(quarenta e oito).

VI- Não serão aceitos **protocolos** referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos mencionados nesta cláusula, nem cópias ilegíveis, mesmo que autenticadas.

8.3. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante, será declarado vencedor sendo-lhe adjudicado o objeto do certame (Art. 25, § 9º do Decreto nº 5.450/05).

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação pertinente (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).

## 9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, **exclusivamente por meio eletrônico**, via internet, no endereço [pregoeiro@cvm.gov.br](mailto:pregoeiro@cvm.gov.br) (Art. 19 do Decreto nº 5.450/05).

9.2. Até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura do pregão, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica (Art. 18, caput, do Decreto nº 5.450/05), pelo meio indicado no item 9.1, anterior.

- 9.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas (Art. 18, § 1º do Decreto nº 5.450/05).
- 9.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame (Art. 18, § 2º do Decreto nº 5.450/05).

## **10. DO RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DO VENCEDOR**

- 10.1.** A intenção de interpor recurso contra a habilitação do vencedor do certame, por item, deverá ser manifestada **imediatamente após** a declaração do vencedor, durante a sessão pública, **exclusivamente pelo sistema.**
- 10.1.1. Se aceita a intenção de recurso, as razões recursais deverão ser apresentadas, exclusivamente pelo sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo ser dirigidas ao Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM, por intermédio do Pregoeiro. (art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.1.2. A falta de manifestação imediata do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação, pelo pregoeiro, ao vencedor (Art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.2. Os demais licitantes poderão apresentar contra-razões recursais na mesma forma do subitem 10.1.1 acima, em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo para a interposição de recursos (Art. 26, caput, do Decreto nº 5.450/05).
- 10.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (Art. 4º, XIX da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, c/c Art. 26, § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 10.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação (Art. 4º, XXI da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c Art. 27 do Decreto nº 5.450/05).
- 10.5. É assegurada aos licitantes vista imediata aos autos do processo do presente Pregão Eletrônico, tendo em vista subsidiar a preparação das razões e contra-razões recursais, mediante ofício endereçado ao Superintendente Administrativo-Financeiro e por este autorizado.
- 10.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões/contra-razões recursais sejam enviadas fora do respectivo prazo legal, bem como as encaminhadas por Fax.

## **11. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

- 11.1. O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato para atesto, mediante depósito na conta-corrente da CONTRATADA, devendo os Títulos permanecerem em carteira, não sendo admitido pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.

- 11.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada eventual multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 11.3. A fatura não apresentada corretamente será devolvida à CONTRATADA para acerto. Nesta situação, o prazo estabelecido no subitem 11.1 acima, passará a ser contado da data de recebimento da Nota Fiscal devidamente regularizada.
- 11.4. O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Art. 3º, § 1º da I.N. MPOG Nº 02/10, bem como à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho verificada por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440, de 7 de julho de 2011).
- 11.5. As Notas Fiscais envolvendo mão de obra deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
- a) GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários, **comprovando o respectivo recolhimento;**
  - a) Comprovante de pagamento dos salários do mês anterior (folha de pagamento);
  - b) Relação de frequência dos funcionários (folha de ponto), com relação dos faltosos;
  - c) Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte;
  - d) Documentos de regularidade fiscal (art. 36, §1º, II da IN nº 02/08).

**OBS: As cópias dos documentos deverão ter sua autenticidade comprovada por autenticação pelo Fiscal do Contrato ou em cartório.**

- 11.6. As documentações do item 11.5, subitens “a”, “b” e “c” será a do mês imediatamente anterior ao mês de faturamento, sendo que ao final do Contrato deverá, ainda, ser acrescentada a do mês faturado.
- 11.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso;  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

## **12. DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1. As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa 339039 - Programa de Trabalho 04.123.2039.2205.0001.

## **13. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

- 13.1. Será admitida a repactuação do preço pactuado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.
- 13.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 13.2.1. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como os custos dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
  - 13.2.2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.
- 13.3. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 13.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação, se for o caso.
- 13.5. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 13.6. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação dos custos alegada pela contratada.
- 13.7. Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação, motivada em decorrência de majoração salarial, devem incidir a partir das datas das respectivas majorações, podendo ser pleiteada após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data da homologação da Convenção ou Acordo Coletivo que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

- 13.8. A repactuação, com efeitos retroativos, quando originada de majoração salarial, deve ser obrigatoriamente pleiteada até a data anterior à eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão lógica.
- 13.9. Em todos os demais casos de repactuação referentes aos contratos de serviços contínuos, deverá ser observado o prazo previsto no item 13.6, ou seja, o requerimento deverá se dar em data anterior à eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão lógica.

## **14. DO CONTRATO**

- 14.1. O período de vigência do Contrato a ser celebrado será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 67, inciso II, da Lei nº 8.666/93.
- 14.2. Independente de transcrição, farão parte do Contrato a ser celebrado:
- a) A proposta do licitante vencedor e seus respectivos anexos;
  - b) O presente Edital e seus anexos;
  - c) A Nota de Empenho que poderá ser incluída no Contrato por apostilamento.
- 14.3. A ADJUDICATÁRIA deverá assinar o contrato em 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo aviso. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela CVM (Art. 64, *caput* e § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 14.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, sem convocação para a retirada da respectiva nota de empenho, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002).
- 14.5. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observada a possibilidade de negociação (art. 27, § 3º do Decreto nº 5450/05).
- 14.6. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas

previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais (art.28, caput, do Decreto nº 5450/05).

14.7. Conforme **ANEXO I**, será firmado contrato com o licitante vencedor.

## **15. DA GARANTIA CONTRATUAL**

15.1. O licitante vencedor prestará garantia de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato, de acordo com o artigo 56, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993, nas modalidades previstas no parágrafo primeiro do mesmo regulamento.

15.2. Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da ADJUDICATÁRIA ou CONTRATADA, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.

15.3. A contratada terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas, as quais incluem o pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso este pagamento não ocorra até o 2º mês após o encerramento do contrato, a garantia será usada para tal pagamento.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

16.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c) Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d) Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);

- e) Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93) e Justiça do Trabalho.
- f) Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g) Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão, tais como não ter antecedentes criminais registrados e estar quite com as obrigações eleitorais e/ou militares;
- h) Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
- i) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, **causados** por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- j) Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- k) Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- l) Os empregados selecionados pela contratada deverão atender todos os requisitos presentes no item 2 deste edital. Caso as pessoas apresentadas pela contratada, ao início da contratação não preencham todas as exigências dispostas no edital, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o Contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação do serviço objeto do Pregão.
- m) Os profissionais designados para a prestação dos serviços terão vínculo empregatício **única e exclusivamente com a CONTRATADA**, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- n) As pessoas selecionadas poderão ser recusadas pela CVM, caso não preencham, a critério da CVM, os requisitos necessários à prestação dos serviços de maneira satisfatória;



- o) Observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- p) Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- q) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;
- r) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
- s) Indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- t) Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

17.1. Conforme Termo de Referência (ANEXO V) e Minuta de Contrato (ANEXO I)

## **18. DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo titular do Centro de Estudos em Mercado de capitais (COE) da CVM, denominado doravante Fiscal do Contrato, devidamente credenciado pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD), ao qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do Contrato, e de tudo dará ciência à CONTRATADA, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93. Para o caso de impedimento do indicado para a função de fiscal, seu substituto eventual será designado pela Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) como Fiscal Substituto do Contrato.

18.2. As faltas cometidas pela CONTRATADA deverão ser devidamente registradas no Processo pelo Fiscal do Contrato, que providenciará o envio de notificação à CONTRATADA informando sobre a abertura de prazo de defesa para a prestação dos esclarecimentos

necessários. O Fiscal do Contrato deverá, ainda, propor ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções que entender cabíveis para a regularização das faltas cometidas, nos termos do art. 67, parágrafo 2º e do art. 87 da lei nº 8.666/93.

- 18.3. Caberá à CONTRATADA o pronto atendimento às exigências inerentes ao objeto contratado, feitas pelo Fiscal do Contrato ou por seu substituto.
- 18.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da CVM (art. 70 da Lei nº 8.666/93).
- 18.5. A CVM se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o serviço prestado em desacordo com o Contrato (art. 76 da Lei nº 8.666/93).

## **19. DAS PENALIDADES**

- 19.1. Na hipótese do licitante vencedor desistir expressamente desta licitação, ou não assinar o Contrato no prazo previsto neste Edital, estará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da sua proposta (art. 64 da Lei nº 8.666/93).
- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
  - a) Advertência;
  - b) Multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
  - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estado, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 19.3. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 19.4. O não cumprimento dos prazos estabelecidos no Contrato acarretará à CONTRATADA, independentemente das sanções previstas no item 19.2, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).
- 19.5. A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).
- 19.6. Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA / ADJUDICATÁRIA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão

no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

- 19.7. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o prévio direito da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 14 do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 7º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato (art. 14, § único do Decreto nº 3.555/00).

## 20. DA RESCISÃO

- 20.1. A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

21.1.1- A rescisão do Contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incs. I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou
- III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

- 20.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

- 20.3. **A execução completa do contrato só ocorrerá após a comprovação do pagamento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações trabalhistas resultantes da contratação.**

## 21. DO DIREITO DE PETIÇÃO

- 21.1. Dos atos da Administração cabem:

- I. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, ressalvado o disposto no item 10, nos casos de:
  - a. anulação ou revogação da licitação;
  - b. rescisão do Contrato a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.
  - c. aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II. Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

- 21.2. A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a" e "b" acima, excluídos os relativos à advertência e multa, será feita mediante publicação no Diário Oficial da União (art. 109, § 1º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.3. A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva (art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.4. O documento de interposição do recurso deverá ser entregue, contra recibo, **no Protocolo na Gerência de Documentação da CVM (GAD), localizada na Rua Sete de Setembro nº 111, 2º andar, no Centro – Rio de Janeiro – RJ**, ressalvado o disposto no item 10, devendo ser dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido e, sob pena de preclusão, interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato recorrido (art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.5. Interposto o recurso, a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente informada, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade (art.109, § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 21.6. Interposto o recurso por um dos licitantes, o fato será comunicado aos demais que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência (art. 109,§ 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).

## **22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 22.1. A relação da CONTRATADA com a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica.
- 22.2. A CVM poderá, a seu critério exclusivo, de acordo com o artigo 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, reduzir ou aumentar a quantidade do objeto licitado desde que não ultrapasse a 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 22.3. O Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado (art. 29 do Decreto nº 5.450/05).

- 22.4. Caso constatada ilegalidade no procedimento, o Superintendente Administrativo-Financeiro da CVM deverá anular a licitação, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer por escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às licitantes o direito a qualquer reclamação ou indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato (art. 29 § 2º do Decreto nº 5.450/05).
- 22.5. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.6. O pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento e que desabonem a sua idoneidade financeira, capacidade técnica ou administrativa (art. 43, § 5º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.7. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo licitatório (art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.8. Na apresentação das propostas, simples omissão ou irregularidades irrelevantes, sanáveis ou desprezíveis, poderão ser relevadas a exclusivo critério do Pregoeiro, desde que não causem prejuízos à Administração.
- 22.9. A apresentação da proposta implica, tacitamente, inteira submissão às condições estabelecidas na legislação pertinente, aos termos deste Edital, bem como aos regulamentos administrativos e normas gerais e especiais aplicáveis.
- 22.10. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta licitação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (art. 110 da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei 10.520, de 17/07/02).
- 22.11. Havendo indícios de conluio entre as licitantes, a CVM comunicará os fatos apurados à Secretaria Nacional de Direito Econômico do Ministério da Justiça (ou a quem de direito) para a adoção das medidas cabíveis.
- 22.12. Para dirimir as questões decorrentes do Contrato resultante desta licitação, será eleito o Foro Federal da cidade do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que

seja (art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93).

22.13. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente, e em conformidade com as demais normas que regem a matéria.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2012.

ANDRÍCIA BEVACE  
GERENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

## ANEXO I

### PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2012-XXXX

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/12

CONTRATO Nº /12

**MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DESIGNER GRÁFICO E PEDAGOGO, EM REGIME DE TERCEIRIZAÇÃO, COM A UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, QUE ENTRE SI FAZEM A CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E.....**

A **CVM - Comissão de Valores Mobiliários**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede na Rua Sete de Setembro, 111 - 28º andar - Centro - Rio de Janeiro (CEP: 20.050-901), inscrita no CNPJ sob o nº 29.607.878/0001-08, neste ato representada, com base na delegação de competência conferida pela Portaria/CVM/PTE/nº 108, de 01 de novembro de 2011, pelo Superintendente Administrativo-Financeiro, Sr. Hamilton Leal Braz, doravante denominada CVM, e ....., estabelecida à ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo ....., têm justo e acordado o presente contrato, o qual se regerá pela Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelas Instruções Normativas do MPOG nº 02/2008, de 30/04/2008 (versão compilada) e nº 02/10, de 11/10/2010, e pelas cláusulas e condições a seguir especificadas e do qual ficam fazendo parte para todos os efeitos de direito, como se aqui transcritos fossem, os seguintes documentos:

- a. Processo de Compras nº RJ-2012-1280;
- b. Termo de Referência (ANEXO V do Edital do Pregão xxs/2012);
- c. Proposta da CONTRATADA, emitida em .....
- d. Nota de Empenho – 2012NE..... que poderá ser incluída por apostilamento.

#### 1. Cláusula Primeira - DO OBJETO

**1.1.** O presente Contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de designer gráfico e pedagogo na sede da CVM no Rio de Janeiro, conforme quantidades e especificações constantes da cláusula segunda deste contrato.

## **2. Cláusula Segunda – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1.** A empresa contratada deverá apresentar, a partir do dia xx/xx/2012, o(s) empregado(s) designado(s) para a prestação dos serviços de designer gráfico e / ou pedagogo.

**2.2.** A prestação de serviços de designer gráfico e pedagogo, e a qualificação dos respectivos profissionais, deverão obedecer às descrições abaixo estabelecidas:

### **2.2.1. Serviços de designer gráfico para a sede da CVM, no Rio de Janeiro**

#### **2.2.1.1. Requisitos:**

- Formação superior em desenho industrial, designer gráfico ou comunicação visual;
- Conhecimento de editoração eletrônica e webdesign;
- Conhecimentos básicos de composição, teoria das cores, tipografia, fotografia, geometria, ilustração;
- Conhecimentos básicos de história da arte, design e cultura geral;
- Domínio de softwares atuais para produtos impressos e digitais;
- Experiência de no mínimo 3 (três) anos.

#### **2.2.1.2. Serviços a serem executados:**

- Responder pela criação e execução de projetos gráficos para material impresso e digital;
- Executar as atividades em equipe multifuncional e com domínio de softwares atuais para produtos impressos e digitais;
- Aplicar conhecimentos de editoração eletrônica (tratamento de imagens e fechamento de arquivos digitais/finalização), qualidade de impressão (análise de provas de impressão) e webdesign (hierarquia da informação, acessibilidade);
- Aplicar conhecimentos básicos de composição, teoria das cores, tipografia, fotografia, geometria, ilustração (tipos de papéis, formatos, acabamentos e processo de impressão), conhecimentos básicos de história da arte, design e cultura geral;

#### **2.2.1.3. Quantidade : 01 (um) posto no RJ**

### **2.2.2. Serviços de pedagogo para a sede da CVM no Rio de Janeiro**

#### **2.2.2.1. Requisitos:**

- Graduação de nível superior em pedagogia;
- Experiência mínima de 6 (seis) anos em atividade de educação;
- Desejável experiência em capacitação à distância (e-learning);
- Ótima capacidade de comunicação oral e escrita;



- Conhecimentos de Informática (Word e Excel).

#### **2.2.2.2. Serviços e serem executados**

- Preparar e capacitar indivíduos, inclusive à distância (e-learning).

#### **2.2.2.3. Quantidade : 01 (um) posto no RJ**

- 2.3.** Os serviços deverão ser prestados de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira, no horário de 09h00min às 18h00min.
- 2.4.** Nas faltas e/ou afastamentos de qualquer natureza do empregado ao serviço, ficará a contratada obrigada a providenciar, de imediato, a sua substituição, sem qualquer ônus adicional para a CVM.
- 2.5.** Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei 8.666/93.
- 2.6.** Os empregados que estiverem designados para os serviços de que trata este Edital terão vínculo empregatício, exclusivamente, com a CONTRATADA, que será também, a única responsável pelo pagamento de seus empregados e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor.
- 2.7.** A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, nos locais do serviço, para representá-la na execução do contrato.
- 2.8.** O salário a ser pago não poderá ser inferior ao piso do sindicado da categoria em cada Estado com o dissídio registrado no MTE.
- 2.9.** É vedada a prestação de serviços de familiar de agente público no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança (Decreto 7.203/2010 art. 7º).

### **3. Cláusula Terceira - DO PREÇO**

- 3.1.** A CVM pagará mensalmente à CONTRATADA o valor de R\$ ....., conforme abaixo:

**3.1.1.** DESIGNER GRÁFICO ..... R\$ .....

**3.1.2.** PEDAGOGO .....R\$.....

### **4. Cláusula Quarta - DA LIQUIDAÇÃO, PAGAMENTO E REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

- 4.1.** O pagamento será efetuado mensalmente, em um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal, mediante depósito na conta-corrente da

CONTRATADA, devendo os títulos permanecerem em carteira, não sendo admitidos pela CVM, caucionamento ou cobrança bancária, situação em que a CONTRATADA ficará sujeita às sanções, a juízo da CVM, previstas neste Edital.

- 4.2. A Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato (nome e andar do fiscal), designado pela CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 4.3. Caberá ao fiscal no prazo de 3 (três) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, atestar a prestação do serviço verificando o cumprimento pela contratada de todas as condições pactuadas, inclusive quanto ao preço cobrado. Após, liberará a referida nota fiscal/fatura para Gerência de Licitações e Contratos (GAL) para fins de liquidação da despesa e pagamento.
- 4.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou compensada eventual multa que, porventura, lhe houver sido imposta (art. 86, § 3º da Lei nº 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/02 e suas alterações posteriores).
- 4.5. Havendo erro na Nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciarse-á após a reapresentação do documento fiscal devidamente regularizado, não acarretando qualquer ônus para a CVM.
- 4.6. O pagamento estará condicionado à situação do fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Art. 3º, § 1º da Instrução Normativa MPOG Nº 02/10, de 11/10/2010, bem como junto à Justiça do Trabalho, conforme a Lei 12.440, de 07 de Julho de 2011.
- 4.7. As faturas para pagamento deverão, ainda, vir acompanhadas dos seguintes documentos:
  - GFIP (Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social) correspondente aos funcionários;
  - Comprovante de pagamento dos salários, autenticado pela autoridade competente, quando for o caso.
  - Relação de frequência dos funcionários (folha de ponto assinada pelo funcionário), quando se tratar de cópia deverá ser autenticada pela autoridade competente;
  - Comprovante de pagamento dos auxílios alimentação e transporte, autenticado pela autoridade competente, quando for o caso;
- 4.8. A documentação do item 4.7 será a do mês imediatamente anterior ao mês de faturamento, sendo que, ao final do Contrato deverá, ainda, ser acrescentada a do mês faturado.
- 4.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CVM, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM=I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso;  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

- 5.1.** Será admitida a repactuação do preço pactuado, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.
- 5.2.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 5.2.1.** Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como os custos dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou
  - 5.2.2.** Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.
- 5.3.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 5.4.** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços e do novo Acordo ou Convenção Coletiva que fundamenta a repactuação, se for o caso, ou qualquer documento comprobatório, idôneo, que comprove a variação dos custos inicialmente apresentados.
- 5.5.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 5.6.** A CVM poderá realizar diligências para conferir a variação dos custos alegada pela contratada.
- 5.7.** Os efeitos financeiros decorrentes da repactuação, motivada em decorrência de majoração salarial, devem incidir a partir das datas das respectivas majorações, podendo ser pleiteada

após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data da homologação da Convenção ou Acordo Coletivo que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação.

**5.8.** A repactuação, com efeitos retroativos, quando originada de majoração salarial, deve ser obrigatoriamente pleiteada até a data anterior à eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão lógica.

**5.9.** Em todos os demais casos de repactuação referentes aos contratos de serviços contínuos, deverá ser observado o prazo previsto no item 5.8, ou seja, o requerimento deverá se dar em data anterior à eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão lógica.

## **6. Cláusula Sexta - DA DESTINAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas correrão à conta da Natureza de Despesa XXXXXX – Programa de Trabalho XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX, Nota de Empenho nº 2012NEXXXXXXX.

## **7. Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A CONTRATADA se obriga a, além das responsabilidades resultantes da Lei 8.666/93:

- a. Não transferir a terceiros o Contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento por escrito da CVM;
- b. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no que se aplicar, às suas expensas (sem quaisquer ônus para a CVM), no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados (art.69 da Lei nº 8.666/93);
- c. Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;
- d. Solicitar os esclarecimentos necessários para o regular cumprimento dos termos contratuais à Gerência de Licitações e Contratos da CVM (GAL);
- e. Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. Assim, sempre que expirar a validade, e durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a renovar todos os documentos relativos à regularidade no SICAF -

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93) e junto à Justiça do Trabalho (lei 12.440, de 07 de julho de 2011);

- f. Realizar os serviços para os quais foi contratada dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- g. Selecionar o pessoal necessário à execução dos serviços, observando as exigências legais para o exercício da profissão, tal como estar quite com as obrigações eleitorais e/ou militares;
- h. Efetuar, sempre que exigido pela CVM, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços;
- i. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregados, à CVM ou a terceiros;
- j. Comunicar à CVM o nome e endereço dos empregados que trabalharão junto a esta Autarquia;
- k. Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- l. Os empregados selecionados pela contratada deverão atender todos os requisitos presentes na Cláusula Segunda deste Contrato. Caso as pessoas apresentadas pela contratada, ao início da contratação não preencham todas as exigências dispostas no edital, a critério da CVM, poderá a CVM rescindir o contrato, uma vez que a CVM não pode arcar com a descontinuidade ou paralisação de determinado serviço.
- m. Os profissionais designados para a prestação dos serviços terão vínculo empregatício única e exclusivamente com a CONTRATADA, que será também a responsável pelo pagamento de salários e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista e previdenciária em vigor;
- n. As pessoas selecionadas poderão ser recusadas pela CVM, caso não preencham, a critério da CVM, os requisitos necessários à prestação dos serviços de maneira satisfatória;
- o. Observar as normas de segurança vigentes nas dependências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- p. Responder pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CVM;
- q. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CVM;

- r. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CVM;
- s. Indicar representante pertencente aos quadros da CONTRATADA para manter contato com a CVM para o esclarecimento de dúvidas, fornecendo nome e telefone de contato;
- t. Na impossibilidade de substituição do empregado a tempo de cumprir o horário estabelecido, sua falta será descontada no faturamento do mês subsequente ao da ocorrência, sem prejuízo da aplicação das penalidades dispostas no Artigo 87, da Lei nº 8.666/93;

## **8. Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

A CVM se obriga a:

- 8.1.** proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas deste Contrato.
- 8.2.** efetuar o pagamento das Notas Fiscais que forem atestadas pelo Fiscal do Contrato, dentro do prazo estabelecido na Cláusula Quarta;
- 8.3.** proporcionar aos profissionais terceirizados o ambiente e as condições de trabalho necessárias e suficientes para o bom desempenho das suas funções.

## **9. Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO**

- 9.1.** A prestação dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo servidor Gabriel José de Souza Messias – 25º andar / (21) 3554-8536 (fiscal titular) e o servidor Raphael Iorio Filho – 25º andar / (21) 3554-8331 (fiscal substituto), devidamente designados(s) pelo Superintendente Administrativo-Financeira-SAD, com atribuições específicas, cabendo a ele(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à CONTRATADA as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
- 9.2.** A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos.
- 9.3.** Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a Administração.

- 9.4.** Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita execução dos serviços especificados neste Termo, sendo reprovados todos os serviços executados em desacordo.
- 9.5.** O Fiscal do Contrato não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
- 9.6.** O Fiscal do Contrato poderá exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.
- 9.7.** O Fiscal de Contrato realizará o controle de assiduidade (frequência e pontualidade) dos ocupantes dos postos de trabalho, e, em conjunto com preposto da CONTRATADA, procederá ao registro de eventuais ocorrências, em livro próprio.
- 9.8.** O Fiscal do Contrato fará a fiscalização do cumprimento por parte da CONTRATADA, das obrigações e encargos sociais, trabalhistas e previdenciário, exigir as devidas comprovações dos pagamentos de salários, encargos e obrigações.
- 9.9.** As ocorrências não sanadas no tempo adequado pela CONTRATADA, e que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Superintendência Administrativo-Financeira-SAD, para a adoção das medidas cabíveis.
- 9.10.** Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma Lei.
- 9.11.** Encaminhar, mensalmente, um relatório contendo os nomes e demais informações dos colaboradores à Gerência de Recursos Humanos, assim como qualquer evolução do contrato relacionada à substituições.

## **10. Cláusula Décima - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 10.1.** O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo e emissão de nota de empenho, por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

## **11. Cláusula Onze - DAS PENALIDADES**

**11.1.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CVM poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo do disposto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

- a. advertência;
- b. multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;
- c. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União, Estado, DF e Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

**11.1.1.** As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” deste item poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**11.2.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Contrato acarretará à CONTRATADA, independentemente das sanções previstas no item 11.1, multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato (art. 86 da Lei nº 8.666/93).

**11.2.1.** A aplicação da multa acima, a qual ocorrerá após regular processo administrativo, não impede que a CVM rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções regulamentares (art. 86, §1º da Lei nº 8.666/93).

**11.3.** Em caso de inadimplência quanto ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas pela CVM, a CONTRATADA fica desde já ciente que estará sujeita à sua inclusão no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal (CADIN), consoante legislação específica sobre a matéria, sendo executada segundo a Lei nº 6.830/80.

## **12. Cláusula Doze – DA RESCISÃO**

**12.1.** A inexecução parcial ou total do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**12.2.** A rescisão do Contrato poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito da CVM, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CVM; ou

III – judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



**12.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 78, § único da Lei nº 8.666/93).

### **13. Cláusula Treze – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1.** Para assinatura deste contrato, o licitante vencedor prestará a garantia de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato, com validade de 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato, de acordo com o artigo 56, parágrafos 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, nas modalidades previstas no parágrafo primeiro do mesmo regulamento;

**13.2.** Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da CONTRATADA, não for feita a prova de recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia;

**13.3.** A CONTRATADA terá sua garantia liberada ou restituída após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais assumidas;

**13.4.** A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referentes à mão de obra utilizada.

### **14. Cláusula quatorze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**14.1.** É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b) ceder ou transferir a terceiros o Contrato e os direitos e obrigações dele decorrentes, salvo com prévia anuência da CVM;
- c) interromper unilateralmente o serviço sob alegação de inadimplemento por parte da CVM, exceto nos casos previstos no inciso XV do art. 78 da Lei 8666/93;
- d) publicar quaisquer relatórios, entrevistas, detalhes ou informações sobre este Contrato, bem como seu andamento, sem o prévio consentimento da CVM.

**14.2.** A relação entre a CONTRATADA e a CVM restringe-se ao alcance do objeto contratual, não implicando qualquer relação de subordinação hierárquica, isto é, os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CVM, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da

legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

**14.3.** Para dirimir as questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro Federal da Cidade do Rio de Janeiro, renunciando as partes a qualquer outro a que, porventura, tenham ou possam vir a ter direito, por mais privilegiado que seja (art. 55 , § 2º da Lei nº 8.666/93).

**14.4.** Os casos omissos serão decididos pela Gerência de Licitações e Contratos, à luz da legislação vigente, ouvida a Procuradoria Jurídica da CVM.

E, por estarem de comum acordo com todas as Cláusulas, firmam o presente instrumento contratual, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Rio de Janeiro, de de 2012.

\_\_\_\_\_  
Hamilton Leal Braz  
Superintendente Administrativo-Financeiro

\_\_\_\_\_  
.....  
Pela Contratada

## ANEXO II

### PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2012-XXXX PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/12

#### MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Rio de Janeiro,.....de.....de 2012.

À  
Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta referente ao **PREGÃO Nº 6/2012**, cujo objeto é a contratação da pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de Designer Gráfico e Pedagogo nas dependências da Sede da CVM, no Rio de Janeiro.

EMPRESA:

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE:

FAX:

NOME DO BANCO:

Nº DO BANCO:

NOME DA AGÊNCIA:

Nº DA AGÊNCIA

CONTA CORRENTE Nº

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CNPJ:

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital do **PREGÃO nº xx/12**, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dele fazem parte. Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

**CARIMBO PADRONIZADO DO CNPJ**



Assinatura

NOME :

CARGO:

RG :

C.P.F.:

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – HORAS NORMAIS**

|  |              |  |
|--|--------------|--|
|  | Nº Processo  |  |
|  | Licitação Nº |  |

Dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ às \_\_\_:\_\_\_ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

|   |  |  |
|---|--|--|
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)                           |  |
| B | Município/UF   |  |
| C | Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo         |  |
| D | Tipo de serviço  |  |
| E | Unidade de medida  |  |
| F | Quantidade ( <i>total</i> ) a contratar (em função da unidade de medida) |  |
| G | Nº de meses de execução contratual                                       |  |

**Anexo III-A – Mão de obra**

Módulo de Mão de obra vinculada à execução contratual

**Unidade de medida – tipos e quantidades**

| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | Quantidade |
|---|---|------------|
| - |   |            |
| - |   |            |

**Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra**

|   |  |  |
|---|--|--|
| 2 | Salário mínimo oficial vigente (da categoria)            |  |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) |  |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano)                     |  |

Nota: Deverão ser informados os valores unitários por empregado.

| <b>I</b> | <b>Remuneração</b>          | <b>%</b> | <b>Valor (R\$)</b> |
|----------|-----------------------------|----------|--------------------|
| A        | Salário                     |          |                    |
| B        | Adicional Noturno           |          |                    |
| C        | Adicional Periculosidade    |          |                    |
| D        | Adicional Insalubridade     |          |                    |
| E        | Outros (especificar)        |          |                    |
|          | <b>Total de Remuneração</b> |          |                    |

| <b>III</b> | <b>Insumos de Mão de obra(*)</b>               | <b>Valor (R\$)</b> |
|------------|--|--------------------|
| A          | Transporte                                     |                    |
| B          | Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.) |                    |
| C          | Uniformes                                      |                    |
| D          | Equipamento                                    |                    |
| E          | Assistência médica                             |                    |
| F          | Seguro de vida                                 |                    |
| G          | Treinamento/Capacitação/ Reciclagem            |                    |
| H          | Auxílio funeral                                |                    |
| I          | Outros (especificar)                           |                    |
|            | <b>Total de Insumos de Mão de obra</b>         |                    |

Nota (\*): o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).  
 “ANEXO III-B

#### Quadro com Detalhamento de Encargos Sociais e Trabalhistas

Nota: (1) Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive adaptar rubricas e suas respectivas provisões e ou estimativas, desde que devidamente justificado. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

(2) As provisões constantes desta planilha poderão não ser necessárias em determinados serviços que não necessitem da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

**Grupo "A": (Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

- 01 - INSS (\_\_\_\_%)R\$
- 02 - SESI ou SESC (\_\_\_\_%)R\$
- 03 - SENAI ou SENAC (\_\_\_\_%)R\$
- 04 - INCRA (\_\_\_\_%)R\$
- 05 - salário educação (\_\_\_\_%)R\$
- 06 - FGTS (\_\_\_\_%)R\$
- 07 - seguro acidente do trabalho (\_\_\_\_%)R\$
- 08 - SEBRAE (\_\_\_\_%)R\$

**Grupo "B": "(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

- 09 - férias (\_\_\_\_%)R\$
- 10 - auxílio doença (\_\_\_\_%)R\$
- 11 - licença maternidade (\_\_\_\_%)R\$
- 12 - licença paternidade (\_\_\_\_%)R\$
- 13 - faltas legais (\_\_\_\_%)R\$
- 14 - acidente de trabalho (\_\_\_\_%)R\$
- 15 - aviso prévio (\_\_\_\_%)R\$
- 16 - 13º salário (\_\_\_\_%)R\$

**Grupo "C"(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

- 17 - aviso prévio indenizado (\_\_\_\_%)R\$
- 18 - indenização adicional (\_\_\_\_%)R\$
- 19 - indenização (rescisões sem justa causa) (\_\_\_\_%)R\$

**Grupo "D":(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

20 - incidência dos encargos do grupo "A"

sobre os itens do grupo "B" (\_\_\_\_%)R\$

Grupo "E": **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)**

21 - incidência dos encargos do grupo "A"

sobre o item 17 do Grupo "C" (\_\_\_\_ %) R\$

VALOR DOS ENCARGOS SOCIAIS -

R\$ \_\_\_\_\_, \_\_ (\_\_\_\_\_) (\_\_\_\_%)

VALOR DA MÃO DE OBRA (Remuneração + Reserva Técnica + Encargos Sociais):

R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).”

#### Anexo III-C - Demais Custos

##### Módulo: Demais componentes

|   | Demais Componentes                    | % | Valor |
|---|---------------------------------------|---|-------|
| A | Despesas Operacionais/administrativas |   |       |
| B | Lucro                                 |   |       |
|   | <b>Total de Demais Componentes</b>    |   |       |

##### Módulo: Tributos (Redação dada pela Instrução Normativa nº 04, de 11 de novembro de 2009)

|   | Tributos                             | % | Valor |
|---|--------------------------------------|---|-------|
| A | Tributos Federais (exceto IR e CSLL) |   |       |
|   | (especificar)                        |   |       |
| B | Tributos Estaduais/Municipais        |   |       |
|   | (especificar)                        |   |       |
| C | Outros tributos                      |   |       |
|   | (especificar)                        |   |       |

|  |                          |  |  |
|--|--------------------------|--|--|
|  | <b>Total de Tributos</b> |  |  |
|--|--------------------------|--|--|

Nota: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

#### Anexo III-D – Quadros-resumo

##### Quadro-resumo da Remuneração da Mão de Obra

| <b>I</b> | <b>Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b> | <b>Valor unit. (R\$)</b> |
|----------|--|--------------------------|
| A        | Remuneração  |                          |
| B        | Encargos sociais   | %                        |
| C        | Insumos de mão de obra   |                          |
| D        | Subtotal   |                          |
| E        | Reserva técnica  | %                        |
|          | <b>Total de Mão de obra</b>  |                          |

Nota: (1)  $D = A + B + C$  (2) O valor da Reserva técnica é obtido multiplicando-se o percentual sobre o subtotal da mão-de-obra principal.

##### Quadro-resumo do Valor Mensal do Serviço

| <b>Valor Mensal do Serviço</b> |  |              |
|--------------------------------|--|--------------|
|                                | <b>Unid / Elementos</b>  | <b>Valor</b> |
| A                              | Mão de obra (vinculada à execução dos serviços)                                |              |
| B                              | Insumos diversos (mat./maq./equip.)  |              |
| C                              | Demais componentes.  |              |
| D                              | Tributos   |              |
| E                              | Valor mensal do serviço  |              |
| G                              | Valor por unidade de medida (Km)   |              |
| H                              | Valor global da proposta<br>(valor mensal do serviço. X nº meses do contrato). |              |

#### OBSERVAÇÕES:



- 1) Os itens integrantes da Planilha de Custos e Formação de Preços não são critérios de adjudicação do certame licitatório. Estes itens integram a composição de preços, instrumentalizando a Administração quanto à formação do valor dos serviços a serem contratados.
- 2) Custos diretos referem-se aos custos necessários à disponibilização dos serviços que serão prestados e representam todo o gasto envolvido na execução do serviço, perfeitamente caracterizado, identificado e quantificado de forma a poder ser diretamente apropriado, como custo de fase específica do serviço.
- 3) Para efeito de cálculo, integram o custo direto: a mão de obra (remuneração, reserva técnica, encargos sociais), bem como os insumos (vale-alimentação, vale-transporte, seguro de vida, equipamentos, treinamento/reciclagem de pessoal, e demais benefícios que efetivamente forem oferecidos aos empregados).
- 4) As despesas administrativas/operacionais deverão incidir sobre o total da mão de obra+insumos e o percentual referente ao lucro, por sua vez, será aplicado sobre o total de mão de obra+insumos+despesas administrativas/operacionais.
- 5) Havendo, a suspeita de que o primeiro classificado no certame licitatório tenha apresentado preços inexequíveis, poderá a Administração, a qualquer momento, questionar os valores contidos nas rubricas constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme preconiza o § 3º, do Art. 43, da Lei n.º 8.666/93.
- 6) Ao preencher sua Planilha de Custos e Formação de Preços, a empresa o faz tendo em vista melhor informar à Administração quais são seus custos, assumindo desta forma total responsabilidade pelo ali contido, inclusive no tocante às falhas que porventura a mesma venha a apresentar. Diante disto, deverá a empresa contratada promover a correção das possíveis falhas existentes, adequando os demais itens constantes da planilha, de forma que o preço final não se altere, haja vista que foi em função deste que ela sagrou-se vencedora do certame licitatório.
- 7) Os preços cotados pelas licitantes deverão obedecer, NO MÍNIMO, ao piso salarial para a categoria, bem como aos demais direitos estabelecidos em convenção, acordo ou dissídio coletivo.

**ANEXO III**  
**PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2012-XXXX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/12**

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para todos os fins legais, que não tenho em meus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme preceitua o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

**Rio de Janeiro,                      de                      2012.**

---

Carimbo e assinatura do representante legal do licitante

---

Razão Social do licitante e CNPJ

## **ANEXO IV**

### **PROCESSO DE COMPRAS Nº RJ-2012-XXXX**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/12**

### **TERMO DE REFERÊNCIA – PROJETO BÁSICO**

#### **1. OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação dos seguintes serviços:

Item 01. Desenhista ilustrador; e

Item 02. Pedagogo.

Conforme quantidades e especificações constantes do item 3 deste Termo de Referência.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO**

##### **Motivação**

Segundo Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então poderem fazer escolhas bem informadas.

Nesse sentido, considerando fatores contemporâneos que tornam relevante a educação financeira, tais como: Maior complexidade e variedade de produtos financeiros, facilidades de acesso por fatores tecnológicos (home-broker/web-trading) a ativos de risco, maior parcela de responsabilidade individual acerca da segurança financeira no futuro, maior expectativa de vida, expansão e popularização do crédito (superendividamento), isolamento financeiro e aumento dos golpes financeiros, a Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores resolveu produzir material voltado ao público em geral e, notadamente ao público infante-juvenil a fim de dar continuidade às ações de Educação Financeira promovidas por esta Autarquia. Desta forma, propõe-se sensibilizar ao público o mais cedo possível, facilitando o entendimento do funcionamento do mercado financeiro e possibilitando escolhas de melhor qualidade (competição e novos produtos), evitando fraudes financeiras, equilibrando finanças pessoais e planejando o futuro.

A fim de que esse objetivo seja atingido, será necessário, em conjunto com o Comitê de Educação, desenvolver projetos que contribuam para promover melhores padrões de educação financeira da população, incluindo conteúdo dinâmico para o público infanto-juvenil, como histórias em quadrinhos com as quais crianças e jovens se identifiquem, além de jogos *on-line* e atividades interativas capazes de captar e manter o interesse pelo assunto.

Em face do exposto, o projeto necessita da colaboração de um profissional desenhista-ilustrador, com enfoque em atividades de criação artística acrescido de habilidades específicas para a elaboração de jogos com animação, que tenha domínio do Action Script para a criação de jogos em Flash, bem como de profissional em pedagogia.

#### Objetivos

Pretende-se contribuir para formar e capacitar cidadãos informando-os sobre os conceitos fundamentais do mundo das finanças e do Mercado de Capitais, criando consciência dos riscos e oportunidades a eles associados tornando-os mais aptos a tomar decisões adequadas a respeito das próprias finanças.

### **3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Responder pela criação e execução de projetos gráficos para material impresso e digital;
2. Executar as atividades em equipe multifuncional e com domínio de softwares atuais para produtos impressos e digitais;
3. Aplicar conhecimentos de editoração eletrônica (tratamento de imagens e fechamento de arquivos digitais/finalização), qualidade de impressão (análise de provas de impressão) e webdesign (hierarquia da informação, acessibilidade);
4. Aplicar conhecimentos básicos de composição, teoria das cores, tipografia, fotografia, geometria, ilustração (tipos de papéis, formatos, acabamentos e processo de impressão), conhecimentos básicos de história da arte, design e cultura geral;
5. Preparar e capacitar indivíduos à distância (e-learning).

### **4. REQUISITOS GERAIS PARA O CARGO**

#### 4.1- DESENHISTA

- a) Formação superior em desenho industrial ou design gráfico ou comunicação visual;
- a) Conhecimento de editoração eletrônica e webdesign;
- b) Conhecimentos básicos de composição, teoria das cores, tipografia, fotografia, geometria, ilustração;
- c) Conhecimentos básicos de história da arte, design e cultura geral;
- d) Domínio de softwares atuais para produtos impressos e digitais;
- e) Experiência de no mínimo de 3 (três) anos.

## 4.2- PEDAGOGO

- a) Graduação de nível superior em pedagogia;
- b) Experiência mínima de 6 (seis) anos em atividade de educação;
- c) Desejável experiência em capacitação à distância (e-learning);
- d) Ótima capacidade de comunicação oral e escrita;
- e) Conhecimentos de informática (Word e Excel).

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Prestar os serviços por meio de pessoal adequadamente qualificado e capacitado para suas atividades, contratados na forma da Lei, com o grau de escolaridade e a experiência compatível com as atividades a serem desenvolvidas, respeitando às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, cuja indicação será objeto de aprovação prévia pela CVM.
- b. Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades inerentes ao objeto do futuro contrato.
- c. Diligenciar para que seus funcionários ou prepostos tratem os servidores e usuários ocupantes do prédio com atenção e urbanidade.
- d. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CVM, atendendo de imediato as solicitações.
- e. Prover o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços sem interrupção.
- f. Responder pelos danos causados à Autarquia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
- g. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que nas dependências da CVM.
- h. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica.
- i. Implantar a Supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz.
- j. Manter suporte inerentes aos serviços a serem executados, garantindo um serviço de alto padrão, sem nenhum custo adicional para a CVM.
- k. Atender prontamente quaisquer exigências do representante da CVM inerentes ao objeto do futuro contrato.
- l. Fornecer, na forma solicitada pela CVM, o demonstrativo de utilização dos serviços, objeto do contrato a ser celebrado.
- m. Comunicar a CVM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- n. Manter, durante toda a execução do futuro contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de qualificação, exigidas na respectiva Licitação.
- o. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais previstos nas Legislações em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CVM.

- p. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na Legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CVM.
- q. Obedecer às normas e rotinas da CVM, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços.
- r. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos ou documentos de qualquer natureza a que venha a tomar conhecimento, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ ou incorreta ou descuidada utilização
- s. Sempre que necessário e solicitado pela CVM, a contratada deverá providenciar a substituição dos profissionais em suas faltas, licenças, afastamentos e férias, de forma que a prestação dos serviços seja mantida de forma ininterrupta.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CVM**

- a. Cabe a CVM efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços demandados e realizados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato a ser firmado.
- b. Permitir acesso aos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto deste termo de Referência.
- c. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- d. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- e. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, pelas demais empresas que executem serviços similares ao objeto deste Termo de Referência, de forma a garantir que sejam mais vantajosos para a CVM.
- f. Emitir, por intermédio da demandante do serviço, relatórios sobre os atos referentes à execução do contrato que vir a ser celebrado, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas e à proposta de aplicação de sanções.
- g. Relacionar as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade colocados a disposição da contratada durante a execução dos serviços, com a indicação do estado de conservação.
- h. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.
- i. Especificar e estabelecer diretrizes para aceitação dos serviços executados pela contratada.

## **7. VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO**

O valores estimados para a contratação dos serviços são: Desenhista: R\$ 11.848,82 (onze mil oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 142.185,84 (cento e quarenta e dois mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos); Pedagogo: R\$12.291,85 (doze mil duzentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos) mensais, perfazendo o total anual de R\$ 147.502,20 (cento e quarenta e sete mil quinhentos e dois reais e vinte centavos). Pelo período de 12(doze) meses, estima-se o valor total anual geral de R\$ 289.688,074 (duzentos e oitenta e nove mil seiscentos e oitenta e oito reais e quatro centavos).

## **8. LOCAL E CARGA HORÁRIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços serão prestados na sede da CVM, situada na Rua Sete de Setembro nº 111/5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, com carga horária de 40 horas semanais, de segunda à sexta-feira, no horário de 9h00min às 18h00min, com intervalo de 01 (uma) hora para almoço, desde que não afrontem a legislação trabalhista em vigor para as categorias.

## **9. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo titular do Centro de Estudos em mercado de Capitais (COE), denominado doravante fiscal, devidamente credenciado pela Superintendência Administrativo-Financeira da CVM (SAD), a qual competirá acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando medidas necessárias à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados no curso do contrato, e de tudo dará ciência à Contratada, conforme art. 67, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93. Para o caso de impedimento do servidor indicado para a função de fiscal, será designado pela Superintendência Administrativo-Financeira (SAD) um novo servidor como fiscal substituto.

Respeitosamente,

Rio de Janeiro, 13 de Março de 2012

CÉLIA MARIA SILVA DE MORAES BITTENCOURT  
Chefe do Centro de Estudos em Mercado de Capitais  
Responsável pela elaboração do Termo de Referência.

Aprovo o presente Termo de Referência.  
Rio de Janeiro,        de                                de 2012.

HAMILTON LEAL BRAZ  
Superintendente Administrativo-Financeiro